



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE -UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGEO



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”
São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO NORTE DO ESTADO DE ALAGOAS – DAS USINAS AOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

GUTHIERRE FERREIRA ARAÚJO

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe.
Grupo de Pesquisa Estado Capital Trabalho
E-mail: guthierre.f@gmail.com

ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO

Orientadora e Professora do NPGEO – UFS.
Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Reordenamento Territorial - GPECT
E-mail: aluz@oi.com.br

O capital fortemente subsidiado pelo Estado se apropria do território com o objetivo do lucro, subordinando a terra com a monopolização da produção, ou subordinando o trabalho na extração de mais valor. A expansão e acumulação do capital pressupõe a apropriação de recursos humanos e naturais existentes no território desde o período mercantilista, sendo acentuado no campo brasileiro com o estímulo da modernização nos anos de 1980 sintonizada no discurso do desenvolvimento. Partindo desta premissa rejeitamos as abordagens que tomam o território como área ou fragmentos desordenados de diferentes práticas sociais, e nos esforçamos em apreendê-lo como *unidade do diverso*; do desenvolvimento territorial como *desenvolvimento desigual e contraditório* (SMITH, 1988). Em uma palavra, *em disputa* (FELICIANO, 2009).

A categoria território tornou-se o centro das estratégias do planejamento governamental¹ e das políticas públicas, em praticamente todos

¹ Veja, por exemplo, o documento *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento* produzido pela *Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI)*, do *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*, publicado em 2008. A intenção deste Estudo é “inserir a dimensão territorial no planejamento governamental” com o objetivo de “instrumentalizar o debate acerca da necessidade de se olhar o território como base [ou palco] do desenho das políticas públicas de médio prazo que dialogue com a visão de

os países da América Latina. No Brasil este fato é evidente. Nesse cenário os conflitos teóricos afloraram em disputas abertas para subsidiarem os governos (FAVARETO, 2010). Nesta direção os conflitos socioterritoriais, portanto globais, de acumulação de capital passaram a desafiar os limites das formas setoriais de apropriação do território, hegemônicas até o final da década de noventa do século XX, colocando em cheque a forma setorial e focalizada de abordar e intervir nas realidades sociais.

A abordagem territorial dispõe de um complexo categorial mais abrangente para assimilar os movimentos socioterritoriais combatentes e críticos às formas capitalistas de apropriação do território. A mesma contribui para formular ações governamentais que obtêm êxitos políticos mais consequentes contra os recalcitrantes. Foi com a estratégia de políticas públicas territoriais num contexto de reestruturação produtiva do capital que o movimento sindical brasileiro e os movimentos sociais da terra foram controlados pelo Estado Nacional. O que permitiu assegurar a estabilidade econômica necessária às forças do mercado.

É a importância que a categoria território assume na contemporaneidade, em termos políticos e teóricos, que nos instiga a analisar o território como demarcação categorial de projetos de sociedade em disputas. Analisar tais disputas, entender as dinâmicas de socioterritorialização e desterritorialização de relações sociais de produção, governança e domínio de espaços, em contraposição as abordagens setoriais e focalizadas, torna-se uma tarefa salutar no âmbito da geografia agrária. Particularmente considerando a política de reforma agrária e os assentamentos como objeto de estudo.

Nossa proposta consiste em entender os assentamentos da reforma agrária em Alagoas como um território nos termos formulados por Fernandes (2008). O complexo categorial do território, nesta perspectiva permitirá desvelar inúmeros elementos da realidade dos assentamentos, incidindo a análise da propriedade (dos meios de produção) das relações de produção e do governo, expondo, assim, a dinâmica de apropriação do território pelos sujeitos.

longo prazo” (p. 9). Isto significa que as políticas públicas do governo passaram a ser institucionalizadas pela noção do território como base ou palco, desde, aproximadamente, 2008. Diz o Estudo que “o planejamento governamental incorpora a dimensão territorial como orientador da ação pública programática” que tem o horizonte de projetar o Brasil para 2027.

Em síntese, o Estado de Alagoas, nas últimas décadas, tem se despontado como um dos estados brasileiros com um número significativo de assentamentos rurais². Conforme os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, estes assentamentos têm se constituído em uma “expressividade” territorial em decorrência da falência de grandes usinas, a exemplo da Agrisa & Peixe, baseadas na monocultura da cana-de-açúcar. Verifica-se com essas falências, que tendem a aumentar nos próximos anos, o quantitativo de famílias, expulsas do campo, que têm se envolvido diretamente com a Política Pública da Reforma Agrária. Com isso o INCRA-AL é pressionado pelos movimentos sociais a dispor e liberar terras para a Reforma Agrária. Além da Reforma Agrária o Programa Bolsa Família também tem contribuído muito para acomodar as tensões sociais alagoanas geradas pelas falências dos usineiros.

Dado a sua importância, na estrutura, sócioeconômica de Alagoas, como um dos principais *lôcus* de disputa territoriais, e lugar central no enfrentamento com o agronegócio na produção do estado, cabe desvelar quais as dinâmicas territoriais que são desenvolvidas nos assentamentos da reforma agrária em Alagoas, que conformaram sua atual configuração territorial³. Desejamos investigar a multidimensionalidade e a multiescalaridade que passaram a construir o território destes assentamentos. Como também se pretende capturar o desenho da tipologia do território dos Assentamentos da reforma agrária em Alagoas, como um complexo de relações sociais contraditórias de apropriação de poder e riquezas.

Este estudo permite identificar os mecanismos e dinâmicas do planejamento e gestão dos territórios dos assentamentos em Alagoas, as teorias e ideologias que os legitimam. Implica em desvelar quais os processos

² Estes assentamentos pertencentes à jurisdição do INCRA ou vinculados ao Banco da Terra têm influenciado a oferta dos produtos de origem agropecuária em alguns municípios. Nesse sentido, o Município de Maragogi vem despontando como um pólo de irradiação destas influências. É preciso frisar o déficit de hortaliças e leguminosas oferecidas pela agricultura alagoana. De acordo com o INCRA/AL, aproximadamente 60% desses produtos vêm de fora do Estado.

³ De acordo com Milton Santos (2001) a configuração territorial consiste na manifestação, em termos concretos da dinâmica espacial. Ou seja, sendo o espaço uma produção social, sua complexidade é materializada em várias mediações conformando uma determinada configuração territorial.

socioterritoriais que definem as correlações de força e dinamizam o território dos assentamentos da reforma agrária.

Eixo: Análise Agrária

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

_____. **Contribuições para uma reconceitualização categorial: território, trabalho, valor e capital.** Maceió, Mimeografado, 2011

_____. **Geografia do Capital.** Presidente Prudente – SP: UNESP/NERA, Relatório de Pós-Doutorado, 2012

FAVARETO, Arilson. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil.** Documento de trabalho n26. Programa Dinâmicas territoriales Rurales. Rimisp. Santiago. 2009

FAVARETO, Arilson. **Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre desenvolvimento territorial.** Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil avanços e desafios. IICA. Brasília. 2010

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema.** Tese de doutorado. (Geografia), USP, São Paulo, 2009

FERNANDES, Bernardo Mançano. M. S. T.: **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo.** 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Sobre a Tipologia de Territórios** In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONTENEGRO, Jorge. **Desenvolvimento em desconstrução:** narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. Tese de doutorado. (Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2006

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.